

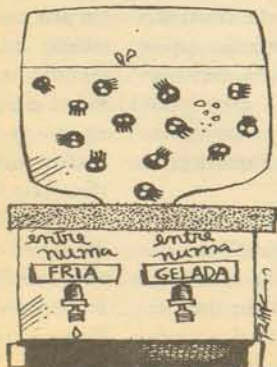
Falha alheia

A edição do Linha Viva da semana passada veio com um grande erro: a capa foi trocada pela contra-capa. Desta vez porém a culpa não foi nossa. O erro aconteceu por exclusiva falha da gráfica do jornal O Estado.

Economizando com a saúde

Teve gente, na Celesc de Rio do Sul, que pensou que era brincadeira de 1º de abril, mas à medida em que os casos foram ficando mais graves, as pessoas se deram conta de que não era uma piada. Naquele dia 1º e no dia seguinte seis pessoas que trabalhavam no escritório da Celesc da cidade foram hospitalizadas, com um quadro de intoxicação alimentar. Outras dez ficaram afastadas do trabalho vários dias. Por causa disto a Saúde Pública, sem ainda saber o que cansou tanto desconforto, interditou o restaurante da Abecelesc e proibiu o pessoal de tomar água.

Os empregados esperam os laudos da saúde para confirmar, o que julgam ser uma grande falta de respeito: acreditam que, para economizar, a água das bombonas do escritório foi substituída por água fervida. Se for confirmada a desconfiança, alguém terá que dar muitas explicações.



LINHA VIVA

Nº222
15/04/93

Exemplo de imoralidade

À medida em que se aprofundam as investigações sobre os usos escusos da Celesc, cresce também o ceticismo dos empregados com suas chefias. O exemplo desta semana foi levantado e documentado pelo Sindicato do Vale do Itajaí. Mostra como o engenheiro responsável pela área de distribuição de Timbó, seleciona serviços pagos pela Celesc para que a empreiteira de sua propriedade os execute.

Os defensores do engenheiro José Celito Moraes de Córdova, dono junto com a esposa (Ana Iraci) e o filho de sete anos (Daniel) da ENGECEL ELETRO COMERCIAL Ltda, podem dizer que isto é legal, que a Justiça nada pode fazer. Mas, e sobre a moralidade deste procedimento? José Amarildo Rampelotti, diretor do sindicato do Vale, questiona: "como pode ser correto que Córdova, responsável pela programação e aprovação de serviços da Celesc, os passe para sua própria empresa?"

Além do contrato social da Engecel, o Sindicato do Vale, coletou ordens de serviços programadas e autorizadas por Córdova para serem feitas por sua empreiteira. Há denúncias, além disto, de que ele utilizaria o nome de outras em-



preiteiras da região, pagando 10% do valor do serviço a elas, para não ficar tão evidente a "predileção" pelos serviços da Engecel. Há relatos também de ordens do COD/Blumenau para troca de transformadores queimados em Indaial - que seriam feitas por equipes da própria Celesc - interceptadas por Córdova e a seguir executadas pela Engecel.

Rampelotti comenta que devem haver mais pessoas envolvidas nestas ações. "É impressionante como a Regional de Blumenau defende a Engecel. A gente se pergunta: quantas empreiteiras deste tipo existem por aí? Quais interesses estão por trás de tudo isto?"

Reintegrações continuam

Dia 12 de abril, a lista de reintegrações na Celesc engrossou mais um pouco: sete empregados demitidos no dia 15 de janeiro de 1992 - pessoal de cooperativas e concurso público - foram levados de volta à empresa pela Justiça. Segundo a decisão judicial, como existe a cláusula de garantia de emprego até setembro/93, estes empregados tem seu trabalho assegurado até esta data.

Posse no Sinergia

Toma posse hoje, dia 15 de abril, a nova diretoria do Sinergia, que vai trabalhar até 1996. A posse acontece às 18h30min, na sede do sindicato, em Florianópolis.

Valorização Existe?

Aurino da Rosa
Celesc/Araranguá

Poderá ter existido ou deve ter existido. Lamentável porém é que a palavra valorização no seu sentido amplo só existe se estiver livre do interesse próprio, do interesse político daqueles que nos gerenciam e tem o poder de valorizar, necessitando apenas e acima de tudo uma administração consciente de muita seriedade e equidade.

Eu falo de valorização porque nunca fui valorizado, juntamente com centenas de companheiros que reclamam e lamentam esta falha da empresa. Não creio que fui até hoje desprestigiado por preguiça, incompetência ou falta de dedicação ao trabalho, mas suponho que é por falta de cunho político, apadrinhamento ou por ser crítico, e não aceitar ser bitolado e acomodado.

São fortes os motivos que me levam a fazer esta crítica, bastante vergonhosa no meu entender, pois com 20 anos de empresa eu poderia estar escrevendo uma carta elogiosa a esta e outras diretorias da empresa que trabalho e sustento meus filhos e a qual agradeço por tudo ou quase tudo o que tenho.

Porém chega uma hora em que cansamos. E eu cansei. Cansei de acreditar, cansei de me dedicar, cansei até de ter objetivos. Só não vou cansar nunca de ser honesto e de poder andar com dignidade e de cabeça erguida entre meus companheiros. A decisão que preciso tomar é a de tocar pela partitura que nos apresentam as chefias. A partitura dos bitolados, dos retrógrados, dos que não tem criatividade nem vontade própria, a partitura daqueles que esperam apenas o final do mês para abrir a "folhinha".

Só gostaria de entender com que pretensão uma empresa quer chegar na modernização se a mesma não valoriza seus recursos humanos, os problemas mais críticos e imprescindíveis e até nega recursos e materiais para tais serviços.

Gostaria de saber também porque a empresa investe tanto em formação e aperfeiçoamento, se não há um aproveitamento destes cursos, ficando os empregados que tem formação e capacidade na sua maior parte sub-aproveitados.

Isto não é novidade e nem causa surpresa para ninguém, muito menos para as chefias e diretoria, pois como eu, muitos companheiros já devem ter levado ao conhecimento de seus chefes os problemas que afetam a empresa e também a forma como solucioná-los. Mas pelo fato do "empregado da Celesc" ter perdido o valor, ele é deixado de lado, não é ouvido e a ingerência continua sem que nada seja feito.

Para quem como eu e muitos da minha indole defendeu e levou a sério e com honestidade o trabalho nessa empresa, hoje se sente abalado e lamenta. Resta-nos apenas esperar que o furacão da incapacidade administrativa, da ingerência passe rápido e volte a bonança da seriedade, do reconhecimento, da valorização do trabalho e da administração coerente e consciente.

Plano de Saúde pode acabar com uma conquista histórica

A aprovação, por parte do Conselho de Curadores da Fundação Elos, do plano *Elos Saúde* é uma nuvem de dúvidas para os participantes da instituição. A Fundação praticam ente não oferece informações sobre ele. Silvio Rorato, diretor da Fundação diz pouco: "estamos agudando a aprovação do plano pelo Ministério da Previdência, e só depois disso poderemos fazer uma ampla divulgação de como será o plano".

Ao que parece o plano é uma boa nova para os aposentados da Eletrosul, que passariam a contar com um plano de saúde, já que o atual reembolso de despesa médica da empresa só atinge os empregados da ativa. Para quem está em atividade, no entanto, o plano pode representar uma ameaça a direitos adquiridos, especificamente o reembolso de despesas médicas.

Há desconfiança, por parte da Intersindical e dos Curadores eleitos pelos trabalhadores, de que os empregados da ativa devam optar

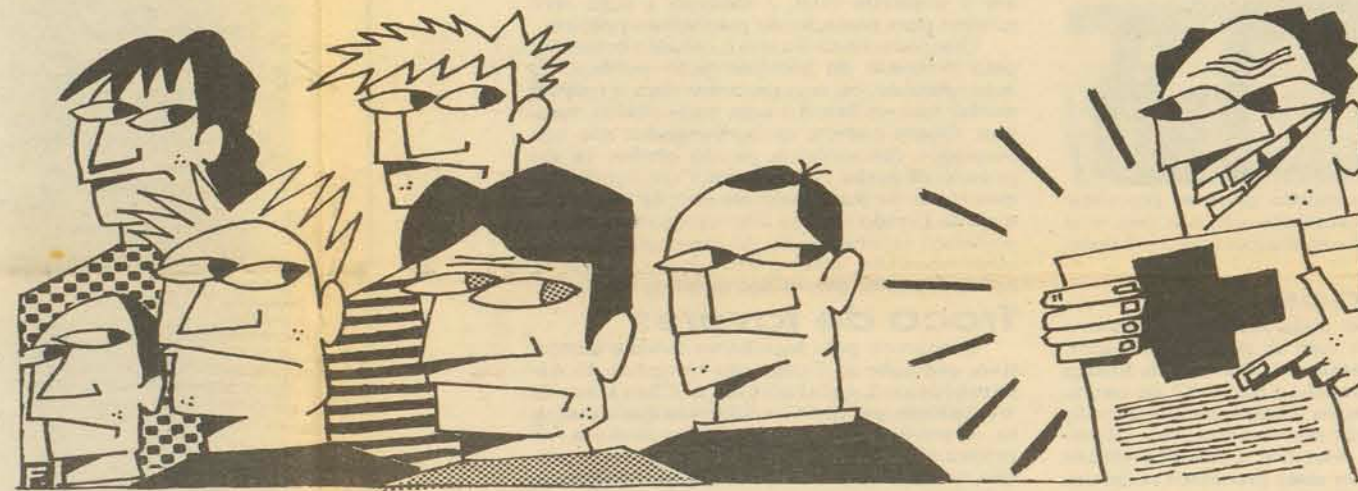
entre o reembolso atual e o *Elos Saúde*. Um destes indícios é de que o plano necessitaria de 1.400 adesões para entrar em funcionamento, ou seja, uma parcela significativa do quadro da Eletrosul.

Outro indício do caráter "alternativo" ou "opcional" do plano é o fato de que a Elos, em novembro de 91 aprovou outro plano, que envolvia a Fundação Eletros. Ele tinha caráter complementar ao

reembolso e também atendia os aposentados. Mas ele foi rejeitado pela Eletrosul após 18 meses de debates a portas fechadas.

A Intersindical está preocupada com a possibilidade de retrocesso com relação ao reembolso de despesas médicas. "O reembolso existe desde que a Eletrosul foi criada e pressentimos uma manobra no sentido de suprimi-lo", explica Sovenir Dias, diretor de

Saúde e Medicina do Trabalho do Sinergia. A preocupação da Intersindical tem respaldo no fato de que "de um tempo para cá o reembolso está sendo feito atrasado, como o pagamento dos médicos credenciados", relata Sovenir. "É estranho um sistema que sempre funcionou bem começar a falhar no mesmo momento em que se discute um novo plano", conclui o sindicalista.



Representantes dos empregados são contra o plano

O Conselho de Curadores da Elos aprovou o plano de saúde sem a participação dos três curadores eleitos pelos empregados. Aldo Votto, Antônio Vituri e Claudius Girard se negaram a participar da reunião como forma de protesto à "diretoria... que teve seu mandato expirado no mês de abril de 1992... que por isso tem seus atos passíveis de anulação", conforme correspondência enviada ao presidente da Fundação, Rubens Iversen.

A carta levanta, ainda questões como o escândalo Elos-Sade, a indiferença da diretoria diante do agravamento da situação financeira da Fundação em virtude das retenções ilegais feitas pela Eletrosul e a não realização da eleição dos representantes

dos empregados para a composição da diretoria executiva e do conselho fiscal da Elos.

Os três curadores, no entanto manifestaram sua posição sobre os temas da reunião, especialmente o plano de saúde. Entre outras questões eles apontaram a falta de discussão e estudos sólidos para aprovar um novo plano, além do caráter "alternativo" da proposta com relação aos direitos vigentes.

A falta de credibilidade das diretorias da Elos e da Eletrosul, segundo os curadores, também é um forte argumento para que todos os empregados olhem com desconfiança para o plano.

Plano é limitado

Embora não haja nenhuma divulgação oficial sobre o conteúdo do plano de saúde, os dados fornecidos pela diretoria da Fundação aos membros do Conselho de Curadores apontam limitações graves no plano.

A primeira delas é que o plano não seria familiar, ou seja, haveria pagamento por cada dependente. Doenças incuráveis não seriam cobertas pelo plano, o que significa dizer que um cardíaco ou um portador de mal de parkinson teriam que arcar com seus gastos integralmente. Além disso, assistência hospitalar só recebe cobertura por vinte dias.

As dúvidas chegam a gravidade do fato de não se saber - nem os curadores - quanto se pagaria por participar do plano.

Eletrosul aplica "meia anistia"

A anistia aos dirigentes e representantes sindicais punidos por razões políticas depois da promulgação da Constituição vai ser aplicada na Eletrosul, mas dois casos não foram enquadrados pela diretoria da empresa como "anistiáveis". Mauro Passos (com contrato de trabalho suspenso) e Claudius Charles Girard (demitido) não estão na relação dos beneficiados, conforme informou o presidente da empresa, Amílcar Gazaniga, dia 13, ao assessor jurídico do Sinergia, Nilo Kaway Jr.

Gazaniga afirmou que esta era uma decisão da Eletrosul que havia sido comunicada à Eletrobrás e ao Ministério de Minas e Energia. "Esta decisão é uma afronta ao Presidente da República, ao Ministro de Minas e Energia, ao Congres-

so e à própria Lei", disparou Delman Ferreira, diretor do Sinergia. Segundo ele, "este ato petulante só faz evidenciar o caráter de perseguição política a presidente do sindicato e ao denunciador das falcatruas Eletrosul-Elos-Sade".

A diretoria do Sinergia diz que o problema não é jurídico, mas político. Para isso ela usa a afirmação do Ministro de Minas e Energia de que a anistia é para ser cumprida e não discutida.

A opinião do Sinergia é compartilhada pelo presidente da Eletrobrás, José Alckemir, que afirmou ao diretor do Sinergia Delman Ferreira, em Brasília, que todos vão ser reintegrados, e que não cabe à Eletrosul fazer as suas interpretações próprias de um ato político como a anistia.

Eletrosul faz compensação que prejudica empregados

Mais uma ilegalidade está sendo acrescida ao longo repertório da atual administração da Eletrosul. Na quarta-feira que antecedeu o feriado da Páscoa, os funcionários da empresa foram avisados - pelo sistema de som - que não trabalhariam na quinta-feira. Só que este dia não trabalhado seria compensado em 16 vezes, de meia hora cada uma, ao final do expediente normal. Esta compensação iniciaria quando terminasse a compensação do carnaval.

A partir do anúncio, o Sinergia começou a receber centenas de telefonemas de funcionários prejudicados com a atitude da diretoria da Eletrosul. Muitos não sabiam quem

vai buscar crianças no final da escola, como desmarcar consultas médicas ou cursos já pagos.

Diante do fato de ser impossível dialogar com a atual direção da empresa a Intersindical está orientando os empregados que, acabada a compensação do carnaval, não se aceite a meia hora a mais imposta pela diretoria.

A empresa poderá descontar um dia de trabalho. Mas, diante da possibilidade de mudança nesta administração, os sindicatos se comprometem a negociar com a próxima direção, com seriedade e responsabilidade, como resolver a situação, que altera a vida de tantas pessoas.

A correção dos saldos do FGTS na justiça

Extraído do Informa CUT, nº213

Existem ainda muitas dúvidas sobre os processos envolvendo a correção dos saldos das contas do FGTS. Essas dúvidas se confundem com as da campanha de fiscalização e controle do FGTS, lançada pela CUT no dia 5 de março de 93.

A CUT faz parte do Conselho Curador do FGTS desde 1989 e o representante legal é o assessor ju-

rídico Douglas Braga. Todas as iniciativas na defesa dos interesses dos trabalhadores, das quais grande parte delas foi incorporada ao seu patrimônio legal, partiram da CUT no Conselho e no Congresso Nacional. Exemplo importante dessa atuação, além de assegurar a fiscalização pelos sindicatos do FGTS, é a remessa dos extratos da conta a cada dois meses para a Casa do Trabalhador.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinivaldo Gilioi. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS4966). Ilustrações Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone: (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Telex: 481555. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

O procurador da moralidade



Raulino Brunnig, promotor de Justiça, encarregado da moralidade pública no Ministério Público, esteve semana passada, à convite da Intersindical, palestrando para os sindicalistas sobre os mecanismos de controle da administração pública. A seguir uma síntese de sua conversa, no Sinergia, em Florianópolis.

Mecanismo de controle

Hoje minha atividade é de controle da moralidade administrativa, na administração pública municipal e estadual. Nossos mecanismos de controle são muito tímidos, fracos. Por exemplo: a ação popular é um mecanismo posto à disposição de todos. Mas quem conhece uma ação destas julgada, que deu resultados? Então na prática temos revezes. Teoricamente quem lê a constituição, quem lê as leis vê que todos mecanismos estão aí consagrados e à disposição do cidadão, mas na prática a coisa não vai.

Outros mecanismos, como o mandado de segurança, não tem aquele resultado esperado. Há também as denúncias ao Tribunal de Contas. Qualquer um de nós é parte legítima para denunciar ilegalidades, abusos, desvio de poder, imoralidades na administração pública, perante o TC. Mas na prática isto também não está funcionando.

Outro exemplo é o histórico e universal direito de petição, para reclamar, fiscalizar os órgãos públicos, o governante. Isto no Brasil é letra morta. Se peticionar para o reitor na Universidade Federal perguntando quantos funcionários tem tal departamento eles jogam no lixo a minha petição. Se perguntar para um prefeito sobre uma obra pública ele joga no lixo.

Outro é a iniciativa popular das leis, que inauguramos agora na constituição. É uma novidade, mas alguém não deixa isto ser posto em prática. Vocês conhecem alguma lei que esteja tramitando por iniciativa popular? Quer dizer, no Brasil eles acenam com alguma coisa na teoria, mas na prática é uma dificuldade.

Nova função

Uma sexta instituição que agora se propõe com maior vigor a controlar o governante, a defender o erário público, é o Ministério Público. Até 1988, até que publicaram esta constituição o Ministério Público não podia fazer quase nada, tudo que podia fazer era processar criminalmente. Por exemplo: o cidadão cometeu um peculato, meteu a mão no dinheiro, um prefeito, um chefe de uma autarquia, de uma economia mista. Como todo mundo sabe tem inquérito, tem CPI, mas o Ministério Público não podia fazer nada, a não ser eventualmente. Se chegasse às mãos dele um inquérito tudo que podia fazer era processar criminalmente.



Com a nova constituição pode-se processar civilmente, isto representou não o dobro, mas o triplo de poderes e atribuições para o Ministério Público.

Má vontade

Se a coisa não anda melhor é porque o Judiciário também tem as suas dificuldades. Tem má vontade mesmo. O Tribunal de Justiça de SC não tem vontade. Outros TJ de outros Estados, os processos contra prefeitos estão andando muito mais rapidamente, tem Câmaras especializadas. Mas nós temos dificuldade seríssimas para fazer estes processos andarem.

Qualquer cidadão deve recorrer ao Ministério Público denunciando o que está ocorrendo no seu trabalho, como estão contratando gente ilegalmente, super-faturando, se promovendo politicamente, dispensando licitações quando não deviam, o estoque físico é menor que estoque contábil, a contabilidade deles está furada. Temos denúncias diárias disto. São mais cinco promotores trabalhando nesta área. Então o Ministério Público hoje é uma esperança. Não é uma redenção porque nós também temos nossas dificuldades. O governante não nos dá funcionários, não nos dá computador. Na lei temos um poder gigante, mas na prática é um gigante de mãos atadas. Nos deixam sem orçamento, não temos como contratar auxiliares técnicos, um contabilista, um perito, etc.

Se uma autarquia me mandar um balanço todo furado eu não sei onde está o furo disso. Se mandarem uma montagem falsa do balanço trimestral, será que vou descobrir o furo? Não sou especialista nisso. Não temos ninguém que nos auxilie. Vem uma CPI, vem uma auditoria do TC com cinco ou seis volumes, 3 mil folhas, claro que eu precisava de um auxiliar, um auditor para me ajudar. Então o tempo que levo para compreender a fraude que está ali dentro é 5 ou 6 vezes maior que se tivesse uma estrutura montada.

Porta aberta

Estamos de portas abertas seja para uma denúncia, seja para uma troca de informações complementares. A minha coordenadoria, da moralidade administrativa, abrange todo Estado. Qualquer notícia, mesmo da imprensa, que tenha alguma lesão ao patrimônio público eu mando apurar. Posso até ter dificuldades, demorar para examinar toda documentação que vem, porque no artigo 129 da Constituição diz que são funções do Ministério Público promover o inquérito civil, e também a ação civil pública para proteção do patrimônio público.

Que outro remédio tem o cidadão brasileiro para reclamar da administração pública? O auto-controle, ou seja reclamar para o próprio chefe? Isto no Brasil é uma coisa tímida, taca-nha. Quem comete as barbaridades não são pequenos funcionários, já são chefes, já são pessoas de poder e influência. Como pedir que este chefe do chefe controle ele? Se um secretário de Estado comete uma irregularidade não podemos esperar muito do governador, afinal eles estão todos defendendo o mesmo plano de ação, eles estão presos aos mesmos objetivos.

Troca de favores

O controle pelo legislativo sobre o Executivo, que cabe ao Congresso Nacional, às Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, pela prática, sabemos que o prefeito, o governador precisa de ter maioria, na prática eles não vão agir com muito rigor porque existe a troca de favores, muito tráfico de influência, promessas de atender um pedido ali na frente. Estamos vendo isto a nível nacional, o orçamento público está sendo o maior escândalo deste país. Cada deputado, cada senador, tem mapeado certinho dentro do orçamento, qual o seu tráfico de influência, quanto por cento cada um deve gastar na sua região. Quer dizer, como vamos esperar um controle do legislativo ao Executivo, se eles estão completamente comprometidos entre si?

Cidadania

Cada um de nós tem que assumir uma postura de se sentir um cidadão, com direito de denunciar. A solução é nós mesmos. A mobilização é fundamental. O servidor é servidor do público e não do governo.

Uma lembrança que não quero deixar passar é que antes não podíamos discutir os méritos dos atos administrativos. Ou seja, o Judiciário não poderia apreciar o mérito dos atos administrativos. Se um prefeito quisesse construir um hospital ou uma escola ou uma rodoviária, ninguém podia se meter nisso. Hoje pode, porque pelo princípio da moralidade, podemos discutir a conveniência e oportunidade disto.

Na realidade não exercitamos todos nossos direitos, falta esclarecimento às pessoas. Não existe um manual do cidadão sendo distribuído para as pessoas. Nós aqui no Ministério Público, a minha coordenadoria apura mesmo com denúncia anônima, ou notícias de imprensa.